

Avaliação criterial/ /Avaliação normativa

In: "Pensar avaliação, melhorar a aprendizagem"/IIE
Lisboa: IIE, 1994

NO DOMÍNIO DA COMPLEXIDADE

A utilização das designações de **avaliação criterial** e de **avaliação normativa** poderá levar a pensar que estamos perante mais dois tipos de avaliação a juntar, por exemplo, à sumativa ou à formativa. É preciso clarificar que mais do que de dois tipos de avaliação se trata de duas interpretações que têm como base referentes distintos. Trata-se de perspectivar diferentemente o processo avaliativo.

Definir fronteiras entre avaliação normativa e avaliação criterial tem sentido quando o professor se questiona sobre as finalidades da avaliação, o significado de uma nota, ou sobre o que significa dominar ou não um saber. Ou seja, quando se colocam questões como as seguintes: a avaliação tem por fim seleccionar ou formar? A que corresponde a nota? O conceito de texto *bem escrito* é consensual? O que justifica a afirmação de que o texto do aluno A, comparado com o texto do aluno B, é melhor?

Se há professores que, colocando-se de um ponto de vista normativo, respondem que a finalidade da avaliação é "separar o trigo do joio", seleccionar os melhores, não pode deixar de perguntar-se: que critérios são utilizados quando se selecciona? Que parâmetros são considerados quando se hierarquizam os alunos?

Se professores há que, pelo contrário, respondem que está em jogo a formação e que o mais importante é discutir e definir os critérios com os alunos para que eles conheçam os caminhos que devem percorrer, outras perguntas se colocam: no final de um processo de aprendizagem os alunos não são claramente hierarquizados por referência a uma norma? Que representação dessa norma têm os professores? Até que ponto o professor, não consciencializado dos mecanismos de selectividade, se limita a encarnar a norma?

As perspectivas criterial e normativa não são, pois, mutuamente exclusivas. Pelo contrário interpenetram-se. São abordagens alternativas, por vezes, complementares. As vantagens e desvantagens de cada uma delas dependem das finalidades que se têm em vista, sendo ainda em função dessas finalidades que o avaliador se orienta numa ou noutra direcção.

PARA UMA DEFINIÇÃO...

O binómio *Avaliação de referência normativa/Avaliação de referência criterial* surge em 1963 com Glaser (citado por Ribeiro, 1990).

A partir de então os conceitos de **norma** e de **critério** têm surgido constantemente nos textos sobre avaliação em contínuas tentativas de clarificação.

Scriven (1991) fala de **critérios** como indicadores de sucesso ou de mérito e de **norma** como o desempenho comparativo dos indivíduos num grupo, na realização da

mesma tarefa.

Meirieu (1992) define **critérios** como elementos que permitem ao sujeito verificar que realizou bem a tarefa proposta e que o produto da sua actividade se ajusta às aprendizagens a realizar.

Landsheere (1979) trancreve definições em que **norma** surge como o conjunto de regras colectivas ou comuns que servem de *standards* na orientação da acção e **critério** como um modelo usado para uma comparação qualitativa.

Destas definições duas conclusões podem tirar-se:

- . não há **uma** norma mas várias. As normas variam em função dos grupos que as definem e das reinterpretações pessoais;
- . os critérios impõem a construção de um referencial com o qual se comparam os resultados obtidos.

É assim possível estabelecer uma distinção entre avaliação normativa e avaliação criterial.

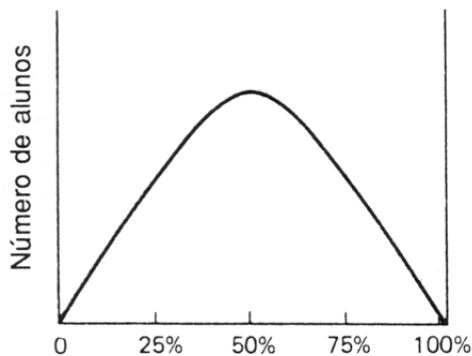


Figura 1a Distribuição típica das notas na avaliação normativa

De um ponto de vista normativo tem-se como *referência* o grupo e é em comparação com o seu desempenho médio que se mede o desempenho de cada aluno. Aceita-se o princípio de que os resultados se distribuem simetricamente em relação a um ponto central, pelo que se considera *normal* que uma parte dos alunos se situe claramente acima ou abaixo da média do grupo. Esta distribuição é representada pela curva normal de Gauss (Fig. 1a).

Numa perspectiva criterial o desempenho do aluno é analisado por referência a critérios, sendo apreciadas as aprendizagens efectivamente realizadas pelo aluno em relação às finalidades consideradas e aos objectivos orientadores da acção.

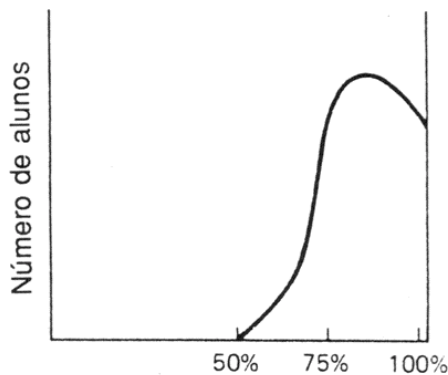


Figura 1b Distribuição de notas na avaliação criterial, quando os objectivos de ensino-aprendizagem são atingidos

Neste caso não se exclui à partida a possibilidade de a maioria dos alunos atingir as metas pretendidas (Fig. 1b).

AVALIAR PARA SELECIONAR? AVALIAR PARA FORMAR?

Considerando embora que as perspectivas normativa e criterial se cruzam nas práticas do professor e que são as concepções pedagógicas que o levam a privilegiar uma ou outra, não deixará de ser útil uma tentativa de as caracterizar, confrontando-as.

1. A avaliação normativa e a avaliação criterial diferem essencialmente quanto às suas finalidades: a primeira tem como intenção *classificar*, no sentido de dividir em classes; a segunda considera o aluno como um ser singular e procura observar e analisar os processos individuais de aprendizagem.

É a selecção de critérios de êxito que explicita os propósitos do avaliador. A interacção formativa professor-aluno, *facilitada* por uma avaliação criterial, joga-se na negociação de critérios antes do início e durante a acção educativa, como forma de fazer coincidir, tanto quanto possível, a aprendizagem com o ensino.

2. Os resultados da observação e a sua interpretação, no caso da avaliação normativa, servem principalmente para hierarquizar classificar e seleccionar; no caso da avaliação criterial servem, em especial, para reorganizar as condições de aprendizagem de acordo com as necessidades sentidas por cada um, de modo a que, na medida do possível, todos possam atingir os níveis desejados.

A avaliação normativa permite essencialmente decidir o acesso ao nível de escolaridade seguinte; a de referência criterial, para além de fundamentar as decisões relativas à progressão dos alunos, permite orientar as decisões que podem implicar a reformulação de estratégias, de objectivos intermédios e até outra selecção de conteúdos.

3. Diferentes são também as potencialidades diagnósticas de cada uma das abordagens. Se é verdade que ambas permitem identificar os alunos que não atingiram os limiares de sucesso e que, portanto, necessitam de “medidas especiais”, só a avaliação criterial torna possível identificar o **tipo** de medidas necessárias para que os alunos em dificuldade possam ser apoiados de forma diferenciada na concretização dos objectivos desejados. Negociando critérios, caracterizando as situações de aprendizagem, tornando claros os parâmetros que orientam a avaliação, torna-se mais fácil para todos os intervenientes no processo educativo a observação e a análise das situações e mais eficazes e adequadas as decisões a tomar.

Qualquer que seja a competência a desenvolver só se poderá afirmar que ela foi ou está em vias de ser adquirida se tiverem sido definidos os elementos que a integram e previstos os indicadores de sucesso.

4. A distribuição dos alunos por classes de “bons” e “maus” ou “médios” pode favorecer a formação de auto-imagens negativas ou super valorizadas, ambas geradoras de insucesso. A competição com os outros é ainda uma das implicações da avaliação normativa. A competição consigo mesmo é própria da avaliação criterial porque o aluno sabe o que dele se espera, ou, dito de outra maneira, entra nos mecanismos da meta-aprendizagem vindo a ser feita. Na sua leitura e interpretação deve ter-se em atenção que as duas perspectivas aparecem extremadas, uma vez que se trata de as confrontar para acentuar aquilo que efectivamente as distingue. **Na realidade a linha de demarcação não é, como sabemos, tão clara ou acentuada.**

Avaliação Normativa

Normas. O desempenho de cada aluno é comparado com o desempenho médio do grupo de que faz parte.

Avaliação Criterial

Crerios. O desempenho do aluno é analisado por referêncua a objectivos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

Classificar, comparando os alunos entre si.

Avaliar as aprendizagens de cada aluno, tornando-o consciente do que se lhe pede.

FINALIDADES

Atribuir nívuis, notas numa classificação ordenada, tendo em vista seleccionar.

Reorganizar o ensino e a aprendizagem num processo interactivo.
Permitir a atribuição a cada aluno de nívuis que traduzam o domínio dos objectivos.

UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO (DECISÕES)

Identificar **quem** necessita de medidas de apoio para atingir o sucesso.

Identificar **pontos fortes e fracos** de cada aluno potencializando-os na concepção das medidas de apoio.

IMPLICAÇÕES PARA OS ALUNOS

Competição entre os alunos.

Progressão possível de todos os alunos.
Competição do aluno consigo próprio.






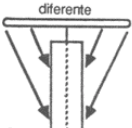


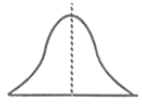
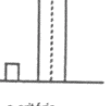
Quadro 1 Comparação entre avaliação normativa e criterial.

QUESTÕES EM ABERTO

A avaliação criterial, progressivamente apropriada pelos protagonistas da cena educativa, é potencialmente facilitadora do desenvolvimento pessoal e social de todos os alunos e da formação dos docentes. Reconhece-se que a desejada mudança das práticas escolares só se pode construir através das respostas encontradas para algumas questões que de há muito inquietam os docentes. O que se pede exactamente aos alunos? O que se lhes deveria pedir tendo em conta o que hoje se sabe sobre o acto de aprender e as exigências do mundo actual? Definem-se objectivos, seleccionam-se conteúdos e enriquecem-se as actividades. Mas qual é exactamente o nível de excelência que é suposto que os alunos atinjam? Em que consiste a capacidade de resolver um problema? E que problema se pede que resolvam? Os programas dão indicações precisas sobre finalidades, objectivos e conteúdos. Dão também algumas informações sobre avaliação. Mas muito há ainda a fazer nas escolas para que elas se possam tornar centros vivos de produção de conhecimento.

SUGESTÃO DE ACTIVIDADE

Comente o seguinte esquema (**Quadro 2**) na base das relações que se estabelecem, por um lado, entre ensino colectivo e ensino diferenciado e, por outro, entre avaliação de referência à norma e avaliação de referência a critérios.

CONCEPÇÃO DA PEDAGOGIA		
Pedagogia	do ensino	da aprendizagem
centrada	nas intervenções do professor 	nos comportamentos do aluno 
num ensino	colectivo 	diferenciado 
	CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO	
	COLECTIVA	INDIVIDUALIZADA
Ensino	idêntico 	diferente 
Resultado	desigual 	equivalente 
Ponto de referência	a norma 	o critério 

Quadro 2 Uma mudança de pedagogia implica uma modificação de avaliação.
(Adaptado de Cardinet, 1993)

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- Cardinet, J. (1993). *Avaliar é medir?* Porto: Edições Asa.
- Johnson, G. (1986). Criterion-referenced assessment. In R. Lloyd-Jones, E. Bray, G. Johnson e R. Currie (Eds.), *Assessment: from principles to action* (pp. 95-118). London: MacMillan.
- Landsheere, G. de (1979). *Dictionnaire de l'évaluation et de la recherche en éducation*. Paris: PUF.
- Lemos, V. (1989). *O critério do sucesso: Técnicas de avaliação da aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora.
- Meirieu, P. (1992). *Apprendre... oui, mais comment*. Paris: ESF.
- Ribeiro, L. C. (1990). *Avaliação da aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora.
- Scriven, M. (1991). *Evaluation thesaurus*. London: Sage.

Coordenador do Projecto: Domingos Fernandes

Autores: Maria José Ferraz, Alda Carvalho, Conceição Dantas, Helena Cavaco, João Barbosa, Lourenço Tourais, Natividade Neves